

A NOVA FASE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Antonio Agenor Briquet de Lemos
Secretário do Centro de Documentação
do Ministério da Saúde.

Se editar uma revista especializada já demanda extraordinário esforço, nas condições deste País, ainda mais porfiosa é a edição de uma revista voltada para o estudo de questões ligadas à informação científica e tecnológica. E, para tornar ainda mais espinhoso esse desafio, uma revista que tem por título uma disciplina ainda em devir.

Ao antigo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação coube a iniciativa pioneira e, por isso mesmo, dificultosa de não só implantar um curso de mestrado em Ciência da Informação como também de lançar um periódico afinado com a linha daquele programa de pós-graduação. Decorrida uma década desde a criação do curso e quase outro tanto do aparecimento de CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, aconteceram muitas coisas na Biblioteconomia/Documentação/Ciência da Informação deste País e, particularmente, no próprio IBBD/IBICT. E, acima de tudo isso, houve mudanças: queira-se ou não, no contexto maior da própria sociedade brasileira. É por essas razões que são louváveis as preocupações em fazer uma revisão dos propósitos desta publicação.

Faz pouco tempo, alguém me perguntou por que nunca tinha submetido sequer um artigo para publicação nesta revista, principalmente em face de ~~isso não ter acontecido com os outros três~~ periódicos da mesma área. Independente do fato de ter fundado uma dessas outras três revistas — a de Brasília —, com o apoio e entusiasmo de Anibal Rodrigues Coelho e Murilo Bastos da Cunha, e de um envolvente e cativante apelo dos responsáveis pelas revistas de Minas Gerais e São Paulo, creio que a resposta a ser dada àquela pergunta seria "timidez". O título desta revista sempre me

intimidou. Parecia pretensioso que alguém que nunca foi nem pretende ser cientista — e, muito menos, da informação — expusesse em páginas tão olímpicas preocupações com os temas mais prosaicos da surrada Biblioteconomia. Assim, talvez inconscientemente, buscava abrigo nas colunas mais familiares das revistas de Biblioteconomia *tout court*.

Não se pode suscitar a dúvida de que CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO não tenha sido coerente, nestes anos, com aquilo que seu título propunha. Como foi demonstrado por Fernanda Ivo Neves e Maria das Graças de Lima Melo, em trabalho apresentado no 1.º Congresso Latino-Americano de Biblioteconomia e Documentação (Salvador, 1980), dos 95 artigos publicados por CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, entre 1972 e 1979, um total de 23 (24,2%) tratava de temas bibliométricos. Percentagem quase igual (23,1%) correspondia a trabalhos sobre sistemas de informação. À ciência do título corresponderam 11 artigos (11,5%). Temas afins, como automação de bibliotecas, classificação e indexação, ficaram cada um com 6, 5 e 5 artigos, respectivamente.

Quais teriam sido as conseqüências positivas dessa coerência? Qual a contribuição dada por nós, brasileiros, ao desenvolvimento do campo que a Ciência da Informação pretende abranger? Ou tudo não teria passado de uma manifestação setorial de um modismo neopositivista?

Esta revista sempre manteve uma aparência sofisticada. Um inglês diria que se tratava de uma publicação *highbrow*. Suas colaborações quase sempre foram do melhor nível acadêmico, algumas vezes firmadas por fulgurantes estrelas da constelação internacional de cientistas da informação e vazadas em seu próprio vernáculo. Houve um número em que uma mesma cientista francesa assinou vários artigos. Nunca entendi. O próprio IBICT buscava uma identidade, ameaçado de se transformar numa massa gelatinosa que perdia densidade na medida em que se espalhava, e a sua revista seguia altaneira, despreocupada de abrir a discussão, aliviada dos compromissos menos nobres com o incentivo ao debate e ao estudo de temas institucionais.

No presente estádio econômico, político e social do País, qual deve ser o papel a ser assumido pela revista do Instituto Brasileiro de Informação em

Ciência e Tecnologia, como organismo subordinado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico? Continuar aspirando aos lauréis do reconhecimento internacional ou se empenhar na lenta conquista das pequenas glórias a nível local, que virão no rastro da contribuição que esta revista trouxe para a compreensão e solução dos nossos problemas de produção, acesso e difusão de informações técnicas e científicas?

Não se pode almejar que uma revista seja superior ao nível geral da comunidade de profissionais e estudiosos de quem ela recebe colaboração. Ela sempre refletirá esse nível, a não ser que se alimente majoritariamente de colaboração estrangeira. A qualidade da revista se elevará na medida em que a comunidade local aprimorar, aguçar e souber expressar suas percepções objetivas e sua consciência crítica do real.

Numa recente revisão da literatura sobre serviços de informação em países subdesenvolvidos (*Annual, Review of Information Science and Technology*, 15:289-324, 1980), dois autores apontam, na crítica que fazem à literatura produzida nesses países, o caminho que, segundo eles, não se deve mais seguir. Dizem que, em geral, essa literatura é repetitiva, pobre de conteúdo, preocupada mais com "o que deveria ser" e menos com "o que fazer para isso acontecer". Em outras palavras, é preciso apresentar soluções para os problemas.

É claro que essa crítica não se aplica integralmente ao nosso caso. Aqui, ao lado das mágoas choradas, também se encontram entusiásticas e ingênuas receitas sobre o que deve ser feito para que aconteça aquilo com que sonhamos. Evitar as lamentações lacrimosas e personalistas e não cair na tentação das propostas de soluções mágicas é outra advertência que pode ser feita. Não convém confundir a análise crítica, ainda que veemente e radical, ou a denúncia séria, ainda que engajada, com a choradeira beôcia de quem se frustra com as comparações que mostram o que não temos e os desenvolvidos têm.

Essas colocações indicam que uma revista especializada não se equaciona nos limites estreitos de um ideal de grupo. Suas vinculações e suas

responsabilidades são mais amplas. Na heterogeneidade dos artigos que vão armando sua imprevisível arquitetura surgirá uma linha comum de articulação, um perfil que se encaixará no molde mais amplo dos fatos presentes de onde provém a própria razão de ser de sua publicação.

Com todas as suas deficiências, as revistas atualmente existentes nesta área parecem ter contribuído muito mais, em termos qualitativos, para o seu desenvolvimento do que qualquer monografia publicada no mesmo período por autor brasileiro. É claro que tal desenvolvimento não se deve apenas a isso. Ele decorre de muitos outros fatores e causas correlatas, como a pós-graduação, a implantação de pesquisas, o crescimento do número de profissionais, o maior entrosamento dos cursos de Biblioteconomia no ambiente universitário, a melhoria do nível dos congressos e outras reuniões e, por último mas não menos importante, o surgimento da vertente política e social por onde começam a fluir inquietações que antes eram consideradas tabus entre os especialistas em informação.

Se quisesse ser irônico, diria que esta revista deveria ser menos ciência e mais informação. No caso, ciência como sinônimo de elitismo acadêmico, que se expressa numa retórica pseudo-universalista, alienante, em detrimento do conhecimento crítico vinculado à participação construtiva. E informação como sinônimo de ensinamento, de instrução que leve a mudanças, tanto a nível das consciências quanto das ações concretas.

Creio que há necessidade de CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO definir seus propósitos, nesta nova fase, em função dos objetivos específicos do IBICT e da política científica do CNPq, de acordo com as necessidades mais amplas da sociedade brasileira na luta contra o subdesenvolvimento. Deve caber-lhe, pela postura, pelo jeito, pela explícita declaração de propósitos, atrair e estimular a produção de conhecimentos que, de várias perspectivas e livremente, contribuam para se identificarem as maneiras de tornar este País um usuário inteligente, crítico, realista e conseqüente da informação, em todas as áreas da aventura humana.

COMO VAI O SISTEMA DE COMUNICAÇÃO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO?

Hagar Espanha Gomes
Coordenadora da Pós-graduação em
Ciência da Informação do IBICT

Datam de 1968 as primeiras atividades de pesquisa em Ciência da Informação no Brasil, especificamente na área de Documentação Científica, que é um de seus campos de aplicação. Tais atividades podem ser consideradas, mais exatamente, como de pesquisa e desenvolvimento e se concentraram nos aspectos de automação. Na década de 70 surgiram cinco cursos de pós-graduação, que devem estar consolidando as atividades de pesquisa na área.

Decorridos dez anos, acredita-se que tenha havido melhoria no desempenho dos profissionais e que tenha sido possível formar pesquisadores, finalidade precípua da pós-graduação. Tudo isso, provavelmente, deve estar refletido na literatura. E uma das variáveis que podem ser levadas em consideração são os canais de comunicação utilizados pelos autores, embora eles não possam ser vistos de maneira isolada porque existe uma certa implicação de fundo, conforme o tipo de canal escolhido. Além disso, para compreender o que se passa na área, são necessários outros elementos fornecidos pela percepção. Um argumento em favor da análise dos canais de comunicação utilizados pelos autores é o fato de já haver um consenso a respeito da função de cada um deles.

O que a bibliografia nos mostra, entretanto, é que o sistema de comunicação não vai bem. O uso dos diversos canais formais tem sido inadequado e isso tem prejudicado a qualidade da literatura produzida.

Pretende-se, aqui, mostrar algumas disfunções e sugerir pequenas alterações no sistema, para que, de alguma forma, se melhorem os resultados, muito embora se saiba que outros fatores deverão ser considerados para que a Ciência da Informação, como um todo, melhore. Mas isso é outro assunto.

Tomaram-se, para uma primeira apreciação, os dados da Bibliografia Brasileira de Documentação — BBDoc —, 1978-1980, do IBICT.

Ela registra 3.750 trabalhos independentes, quase todos apresentados em congressos, 2.139 trabalhos publicados em revistas não-especializadas e 450 em revistas especializadas.

COMUNICAÇÕES EM CONGRESSOS

Antes de caracterizar as comunicações apresentadas em congressos, é bom relembrar as funções dos congressos propriamente ditos.

Congressos são estruturas formais que propiciam o encontro de pessoas com interesses comuns numa determinada área do conhecimento, com objetivo de intercâmbio e/ou comunicação. Tal intercâmbio e/ou comunicação se dão de maneira informal, direta e, de certa maneira, até previsível. O impacto da comunicação interpessoal em tais ocasiões é tão importante para o desenvolvimento da Ciência, que tem sido objeto de estudo nos últimos 15 anos.¹

A apresentação de um texto integral, nessas ocasiões, perde em importância para a comunicação oral. A atitude de alguns autores ao distribuir, durante um congresso, cópia do texto integral de sua comunicação pode ser explicada como uma intenção de estabelecer maior contato com seus colegas; por isso mesmo não têm preocupação de divulgar um texto acabado e, em geral, para não comprometer sua reputação, não permitem citação do mesmo.

O percurso das comunicações de pesquisa até o produto final, sob a forma de artigo, é mais ou menos o mesmo, com pequenas variações, entre diversas disciplinas científicas.² O que caracteriza o artigo como produto final é que ele já passou por todos os controles de qualidade, desde a discussão informal com colegas em seminários internos, até o julgamento formal por colega(s) de alto nível, como o avaliador da revista científica.³

Isso explica por que os organizadores de congressos científicos exigem apenas o envio de um resumo de comunicação e não o texto integral.

TRADIÇÃO DA ÁREA

O que a BBDoc fornece é um quadro bastante diferente e, para entendê-lo, alguns dados de percepção são úteis.

Por exemplo, há uma certa tendência, no Brasil, de publicar trabalhos de congressos no que se convencionou chamar de "Anais". O dicionário do Aurélio informa que "Anais" são a crônica ou o registro dos fatos. Assim, "Anais de Congressos" seriam o registro das comunicações apresentadas mais discussões havidas na ocasião; seu aparecimento, obviamente, deveria ocorrer após o congresso. Em vez disso, os organizadores fazem um grande esforço para que, na semana do congresso, o volume dos "Anais" seja entregue aos participantes. Por esse motivo, solicitam o envio do texto completo com antecedência de 4 a 5 meses. Autores de comunicações e conferencistas convidados obedecem às mesmas normas, geralmente.

Acontece que o teor das mensagens é diferente, e os autores não devem ter o mesmo tratamento.

Quando se exige que uma comunicação de pesquisa seja registrada com quase seis meses de antecedência de sua divulgação, pode-se esperar que os fatos novos ocorridos nesse lapso de tempo não serão relatados, o que é improvável; mas, se o forem, haverá diferença entre a comunicação escrita e a oral.

Isso já não acontece com um texto de conferência, que, via de regra, visa à apresentação de temas relevantes para reflexão e análise; o lapso de tempo não se constitui, pois, num fator preponderante.

Outro ponto a considerar é o caráter inclusivo dos "Anais": não há seleção, e todas as comunicações são publicadas, mesmo as do tipo "minha biblioteca faz".

Não se pode esquecer, contudo, que tem contribuído para esse estado de coisas a atuação de firmas especializadas em organizações de congressos. Elas têm a "fórmula para o sucesso", que funciona para os encontros que visam ao congraçamento de profissionais, mas não para aqueles de caráter científico.

De certo modo essas firmas, na ânsia de publicar os trabalhos (é bom lembrar que os custos das publicações estão incluídos na inscrição), estão competindo com as revistas. Competem, e mal, exatamente por não dispor do controle de qualidade tradicionalmente aceito pelos pesquisadores, que é o avaliador (referee).

Ficam bastante claras, agora, as implicações desses comportamentos na literatura da Ciência da Informação.

COMO OTIMIZAR O USO DOS CANAIS

Se se deseja conquistar um espaço entre as disciplinas científicas, é preciso, antes de tudo, utilizar os canais de comunicação adequadamente. E isso resultará na melhoria da produção bibliográfica, pois, em cada canal, terão sido utilizados os mecanismos de controle de qualidade adequados.

Assim, os organizadores de congressos poderiam fazer exigências diferentes para autores de comunicações e para conferencistas. Aos primeiros se solicitaria apenas um resumo (com mais ou menos detalhes, segundo o objetivo do encontro); aos segundos, o texto na íntegra. O número de comunicações recebidas dentro do prazo estabelecido pelos organizadores permitiria dimensionar as sessões e a divulgação do volume dos Resumos, na semana do congresso, daria aos participantes oportunidade de identificar as sessões mais interessantes para eles. Editores de revistas teriam, então, oportunidade de detectar temas de interesse e de estabelecer contatos diretos com seus autores. Vice-versa, os próprios autores, na ocasião oportuna, poderiam submeter seus trabalhos a esta ou àquela revista. E ter um trabalho aceito para publicação significa que ele passou pelo controle de qualidade do avaliador, isto é, que recebeu o aval de um especialista.

Quando há uma comunidade atuante, agressiva, as "cartas aos editores" ainda complementam o sistema de controle de qualidade e podem, até mesmo, se constituir em outros mecanismos igualmente válidos.⁴

Para os trabalhos encomendados, como conferências, seria igualmente desejável, em nome da qualidade, que sua publicação ocorresse após a reunião, para que seus autores tivessem oportunidade de fazer as modificações porventura resultantes da interação com colegas.⁵

Essas pequenas alterações resultariam não apenas na melhoria dos trabalhos publicados, mas, sobretudo, possibilitariam aos jovens pesquisadores estabelecer uma tradição de debates e questionamentos — coisa pouco comum na área —, que têm de ser estimulados se realmente se deseja formar pesquisadores. Na realidade, o congresso de âmbito nacional é o mais comum entre nós e poderia ser utilizado como uma das últimas etapas de apresentação informal⁶ entre colegas. Muitas outras oportunidades de debates já

deverão ter sido oferecidas aos pesquisadores, mas isso não é nossa preocupação neste trabalho.

A adoção das práticas aqui sugeridas vai, seguramente, melhorar a comunicação entre os especialistas. Aumentar essa interação significa melhorar, num prazo mais curto, o nível dos especialistas e, conseqüentemente, da literatura, que é fundamental para formar a infra-estrutura da pesquisa no País.⁷

E, certamente, a BBDoc dos próximos anos poderá mostrar uma situação bem diferente da atual.

NOTAS

¹ Garvey e sua equipe estudaram o papel dos congressos e transferência de informação entre autores de comunicações e participantes, em diversas comunidades científicas. Os resultados estão divulgados em algumas dezenas de artigos e consolidados em seu recente livro *Communication, the essence of science* (Oxford, Pergamon Press, 1979).

² Op. cit., p. 134 passim.

³ ZIMAN, J. *Conhecimento público*. São Paulo, EDUSP, 1979.

⁴ Essas colocações foram feitas pela Prof.^a Gilda Maria Braga, PhD, do IBICT, num outro contexto, mas se aplicam perfeitamente aqui.

⁵ Essa é a prática seguida pelo *ASLIB Proceedings*, que inclui as discussões havidas, enriquecendo, por vezes, o texto do conferencista, outras vezes registrando discordâncias entre os debatedores.

⁶ GARVEY, op. cit.

⁷ A esse respeito, cf. M. MORAVCSIK, *The development of Science in less developed countries*, cap. 4, em que o autor considera fundamental para o desenvolvimento da Ciência num país desenvolvido a existência de uma literatura "doméstica". Traduções ajudam; o importante, porém, é que a literatura "doméstica" favorece a formação de uma "massa crítica" em menor tempo.